

CHOQUES DE TERRITORIALIDADES: CONFLITOS E ALIANÇAS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE (RS)

Theo Soares de Lima

Doutorando em Geografia no PPGGEA/UFRGS. Bolsista CAPES

E-mail: theolima@gmail.com

Álvaro Luiz Heidrich

Professor Titular Depto. de Geografia/UFRGS

E-mail: alvaro.heidrich@ufrgs.br

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão acerca do conceito de territorialidades e possíveis reflexões no âmbito da cidade. Para isso estão estruturados três momentos ao longo do trabalho. No de abertura foca-se no conceito de território, suas diferentes definições e, portanto, distintas implicações de análise. No segundo momento, é apresentada pesquisa realizada no Centro Histórico de Porto Alegre (RS), que tratou de investigações psicogeográficas no bairro, noção de referência do movimento Internacional Situacionista. Sua importância neste texto é garantir sustento empírico para o, por vezes demasiadamente abstrato, debate epistemológico. Realizar tais imbricações é o objetivo do terceiro momento. Ainda, um tópico de retomada encaminha o fechamento do artigo, sem pretender, por isso, findar a discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Territorialidade; Psicogeografia; Internacional Situacionista; Cidade.

CLASH OF TERRITORIALITIES: CONFLICTS AND ALLIANCES IN THE HISTORIC DISTRICT OF PORTO ALEGRE (RS)

9

ABSTRACT

This article discusses the concept of territorialities and possible reflections within the city. Thus, three moments are structured throughout the work. The opening paper focuses on the concept of territory, its different definitions and, therefore, the distincts implications of analysis. In the second moment, a research conducted in the Historic Center of Porto Alegre (RS) is presented, which dealt with psychogeographic investigations in the neighborhood, a notion of reference of the International Situationist movement. Its importance in this text is to provide empirical support for the sometimes too abstract epistemological debate. Performing such imbrications is the goal of the third moment. Still, a topic of resumes directs the closing of the article, without intending, therefore, to end the discussion.

KEYWORDS: Territory; Territorialities; Psychogeography; Situationist International; City;

RESSALVAS

Este, que pode ser chamado de ensaio, traz um momento de introdução sobre a organização do trabalho, seguido de uma contextualização sobre o conceito de território e de um terceiro momento, que o relaciona com o texto produzido para dissertação de mestrado (LIMA, 2015) de um dos autores. O que aqui consta está escrito em estrutura narrativa que conta trajetórias, ou seja, a

mescla de trajetos e estórias. Dos autores consigo e entre si, e dos atravessamentos causados pelo encontro constante com outros corpos: campos de forças que produzem e envolvem todas as relações sociais (DE CERTEAU, 1990).

Quanto ao título, ele é claramente uma paráfrase de “O choque das civilizações”, de Samuel Huntington, e não haveria porque negá-la. Pelo contrário, é uma ironia similar com sua resposta ao “Fim da História”, de Francis Fukuyama: o mesmo vale para os territórios. Da parte desse artigo, seria uma espécie de continuidade às críticas feitas ao livro de Bertrand Badie, “O fim dos territórios”, que os concebe pela finalidade de articular a coesão e a solidariedade entre os grupos, e assegurar o seu controle.

Badie diferencia território da situação de império¹, que garantiria a conquista por dominação cultural, sendo “rebelde a quaisquer limites [...] apenas conhece uma identidade, a da cultura que ele próprio promove e que tem por objetivo universalizar” (1996, p. 22). Desse modo, associa, com exclusividade, o significado de território ao contexto social e político amparado pelo Estado-nação, e o vê em crise por razão dos compromissos carregados pela modernidade. A ideia de fim dos territórios delineia-se pela concepção de que as solidariedades e as fidelidades poderão dar-se sem subordinações (ou mediações) soberanas, propugnando o respeito pelo outro como um valor transnacional, logo, transterritorial.

Rogério Haesbaert rebelou-se contra essas ideias, pois as lentes que utiliza (o conceito que toma por base) são essencialmente geográficas, ou melhor: são as do conhecimento geográfico. Embora não diga nestas palavras, decretar o fim dos territórios seria como acabar com as geografias. Mesmo se o Estado-nação acabasse, ainda haveria (ou haverá) território. É por isso, também, que ele revisa as ideias de Deleuze e Guatarri sobre desterritorialização e defende, em lugar do “fim”, a multiterritorialidade (HAESBAER; BRUCE, 2002).

Mesmo que os Estados nacionais se extingam, não será isso que delineará a ausência de poder, ou o fim dos territórios: na verdade, ou o poder cessa, e recai-se em violência, ou é transformado, e refaz sua fuga à invisibilidade² (ARENDDT, 2016). Ainda, a coexistência entre territorialidades não necessariamente leva ao conflito, a não ser que pretendam a mesma coisa, quer dizer, que atuem no mesmo plano (HEIDRICH, 2010).

¹ Bertrand Badie toma por base a formulação de Otto Hintze (1973, *apud* BADIE, 1996), que concebe império como espaço cultural e o Estado como território.

² Em outras palavras: “a violência entra em cena quando o poder está em vistas de ser perdido” (SOUZA, 2013, p. 79-81).

De qualquer maneira, as práticas humanas continuarão a deixar marcas sobre a Terra, em sua constante produção de pertencimentos: não se pode impedir os devires de novas territorialidades. A não ser que esta espécie, nem tão sapiens assim, deixe de habitar esse ou qualquer outro planeta.

ABERTURA

Apesar de focar no conceito de Território através do Poder, esse ensaio não esquece, sobremaneira, de outros dois pilares teóricos importantes para discussão territorial, no caso Espaço e Cultura. Tal foco se dá, por um lado, por questão de preferência, afinal, toda pesquisa decorre da intenção inicial de seus sujeitos - quando é possível escolher, parece óbvio que se eleja dentre temáticas interessantes para a pesquisadora. Por outro, uma questão de operacionalidade analítica, em razão do que se quer discutir. Para conseguir explicar o que se pretende é necessário utilizar os conceitos corretos, haja vista que eles são exatamente isso: utensílios à disposição da pessoa pesquisadora. E, nesse caso, é a definição de “*mediação espacial do poder*” (HAESBAERT, 2016, p. 93) que nos melhor serve como operador.

Através do conceito de Território e seus “acompanhantes”, as Territorialidades e os processos de Territorialização, forma-se uma tríade relacional (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230). Não há território sem que haja territorialização, que, por sua vez, produz territorialidades. Assim, demarca-se alinhamento com as concepções que entendem os territórios em um jogo de relações sociais, efetivadas sobre a materialidade mundana e, assim, transformando-a e lhe preenchendo de significado.

Em vez de um objeto palpável, que se pode agarrar, as territorialidades são uma produção constante do viver junto dos seres humanos. E, como toda ação está envolvida em poder, *o próprio território emerge enquanto relação* (SOUZA, 2006, 2008, 2013), opondo-se às noções de algo substancial. Alguns são mais intensos, outros são mais frouxos, uns enraizados, outros difusos, uns são perenes, outros efêmeros. Tal como não é uma coisa, ele tampouco possui apenas uma manifestação.

Assim, o presente ensaio aloca-se na perspectiva de realizar um panorama sobre as possibilidades de entender conceito tão importante e tão diverso quanto esse. Bem como de pensar possíveis interpretações, a partir de tal ferramenta analítica, que ajudem a entender o espaço urbano na escala da rua, uma dimensão familiar de pesquisa (LIMA, 2011, 2013, 2015, 2016a, 2016b) e que ainda instiga fagulhas de investigação.

ENTENDIMENTOS DE TERRITÓRIO

O território, para a geografia, possui uma herança ligada à constituição da Modernidade (SANTOS, 2005) e, enquanto tal, esteve fortemente ligado ao domínio estatal: as fronteiras dos “mapas políticos” demarcam o limite das áreas nacionais, que são, por excelência e exclusividade, o único território possível para cada porção terrestre abarcada. Não é coincidência que a noção de poder esteve, também, ligada ao Estado como fonte de emanção (BECKER, 1983). Não à toa, ele devia ser ou tomado pelo proletariado, como pretendeu o pensamento marxista, ou destruído, como quiseram os anarquistas (SOUZA, 2006, p. 57-60; p. 72-3). Somente mais tarde – em particular, apoia-se aqui em Michel Foucault (1977, 2012) –, é que se perceberá que o poder está em todas as relações e ele próprio é uma.

Longe das visões “clássicas”, ele não é exclusivo à dominação das estruturas heterônomas. As nuances do poder permeiam todos os recantos das ações humanas, assim, não pode ser simplesmente destruído, tampouco deixará de ser dominante porque tenha trocado de mãos. As ditaduras proletárias, por exemplo, foram opressivas independentemente de ter destituído as aristocráticas, apenas o foram de maneiras diferentes. Igualmente, não é possível agarrá-lo, como a posse de algo que alguém tem e o outro não, como uma relação de “soma zero”. Se ele existe é porque há, pelo menos, duas partes envolvidas que o produzem e o modificam em suas disputas. Parafraseando a expressão: se uma andorinha não faz verão, uma pessoa não faz território.

Raffestin (2011) faz uma diferenciação que facilita o entendimento e a análise aqui presentes, entre o poder e o Poder. De “P” maiúsculo, ele é coercitivo e dominante por definição, alinhado às práticas de instituições como o Estado, já de “p” minúsculo, permeia todas as relações e faz antever que quaisquer ambiente cotidiano pode ser opressivo. Cabe destacar que a distinção é resultado das influências teóricas de Foucault sobre seu pensamento (RAFFESTIN, 2011, p. 46-52). Assim, o que o autor faz é propor a consideração do poder além dos limites formais das instituições e dos ordenamentos políticos estruturados na modernidade. Incorpora, na sua formulação, a desconfiança que Foucault levantou sobre as relações cotidianas, permitindo ver a problemática não somente em seu aspecto formal.

É por estas questões que as preocupações territoriais, originariamente, estão ligadas às dimensões consideradas por Friedrich Ratzel, tanto em sua Antropogeografia quanto em sua Geografia Política. O solo do Estado comporta o desenvolvimento desse grande organismo, que precisa de um espaço vital para sua manutenção e reprodução (RATZEL, 1990, p. 175-192). A herança, que tais concepções de geografia política deixaram, é vasta e perdura até os dias de hoje,

entretanto, começou a ser rompida com a leva do que se chamou “geografia radical” (CORREA, 2000, p. 23-30), contestadora tanto da neutralidade da ciência quanto das concepções naturalizantes do que é, em verdade, social.

Nesse sentido, os trabalhos de Claude Raffestin (2011 [1980]) e Robert Sack (1986) conferem marco importante de rompimento com estas ideias. A noção de Estado-moderno como único detentor territorial – o que implica, por conseguinte, em sua legitimidade soberana – rui sobre os preceitos de múltiplos atores produzindo o mundo. Ganham voz, ao longo das próximas décadas, desde movimentos tradicionais até novos grupos, como as “facções” traficantes de drogas ou as tribos urbanas, que passam a ser entendidos como outras territorialidades possíveis: à margem, conjuntamente ou contra o Estado.

Tal é o percurso, por exemplo, que Sack (1986) realiza em sua obra, ao começar pela tribo dos Chippewa e acabar no âmbito da cidade, mostrando, em primeiro lugar, que a territorialidade não é uma peculiaridade dos animais não-humanos, e, em segundo, que a territorialidade do Estado não é a única. Enquanto isso, Raffestin (2011) preocupa-se em demonstrar as estratégias desenvolvidas pelos atores, no exercício de seus trunfos, para configurar malhas territoriais que lhe sejam úteis e que, por consequência, expressam seus projetos.

Em outras palavras, essa “mudança de paradigma” trouxe o deslocamento da posição teórica que defendia a existência de um fluxo hierárquico de poder, para o entendimento de atravessamento em múltiplas direções, constituindo campos de forças³. A transição, por sua vez, das teorias geopolíticas como as de Mackinder, de Hauschofer ou de Spykman, deu-se em direção às múltiplas logísticas de fluidez territorial. A passagem do poder global, em posse de uma potência sobre uma determinada porção de área(s), para a racionalidade empresarial de escoamento ligado em redes, demonstra a pulverização do poder sobre a superfície terrestre (BECKER, 2000, p. 271-308).

Ainda na esteira de tais transformações conceituais, pode-se destacar o texto de Milton Santos – mencionado ao início do tópico – com seu emblemático título “O retorno do território” (2005). Relegado ao âmbito estatal, o território, bem como o conhecimento geográfico em geral, foi cristalizado como enciclopédico e fato dado, lembrando a famosa crítica de Yves Lacoste (2008). Pois, retomar sua discussão e o resgatar desse âmbito, seria um retorno a ele. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 255).

³É interessante observar, todavia, que apesar das renovações recentes sobre a multiplicidade de intenções que produzem o espaço, Élièze Reclus (1985, p. 56-60) havia apontado (em *L’homme et la Terre*, impressionantemente na primeira década do séc. XX) “a complexidade da produção do espaço geográfico” através de uma análise que já falava em campos de forças sociais.

Esta concepção advém, curiosamente, de uma noção de “espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como *território usado*” (SANTOS *et al.*, 2000, p. 104, grifo no original). As ações tomam conta, assim, do caráter social da geografia contemporânea: quem age, como age e onde age são chaves para interpretar e desvendar as grafias que produzem o mundo⁴.

Famoso por seu trabalho com os seringueiros da Amazônia, Carlos Walter (PORTO-GONÇALVES, 1998, 2002) destaca como a territorialidade está ligada a maneiras de agir no mundo, e como estas criam uma ligação pelo reconhecimento de si no outro (de um Eu seringueiro, no caso). Seu acontecimento expressa-se materialmente sobre a terra, na forma de feições características de um modo de vida específico. As moradias às margens dos rios, acompanhadas, sempre que possível, de casas de farinha, é significativo da presença ribeirinha por toda a Amazônia – brasileira, ao menos. É a geografia como verbo, ação que marca a superfície terrestre.

Portanto, não só de poder é feito o território. Mesmo nas obras tradicionais há a presença de identidade e de cultura, através, por exemplo, do sentimento nacional e de hábitos que o referenciem. Foi assim, inclusive, por meio de uma suposta homogeneidade territorial, que o mito pátrio omitiu a multiplicidade que, na verdade, o compõe.

É válido mencionar, ainda, pelo menos mais três artigos que claramente envolvem o território para além do controle e da dominação, “Viagem em torno do território”, de Bonnemaïson (2002), e “Território do Outro” e “Território da divergência”, de Marcelo Lopes de Souza (2001, 2009).

O primeiro traz uma interessante perspectiva do território por meio das relações de pertencimento, configurando sistemas espaciais compostos pela relação cultural de grupos humanos com as tramas de lugares, hierarquizados de acordo com suas funções (BONNEMAISON, 2002, p. 97). Os seres humanos, em sua reprodução cotidiana, atribuem diferentes importâncias às diferentes localidades em que ocorrem suas práticas: as territorialidades surgem dos significados atribuídos às coisas, o que literalmente organiza as ações e a percepção de mundo dos agrupamentos e dos indivíduos.

⁴ Novamente sobre E. Reclus. Essa preocupação contemporânea, como evidenciada em Di Méo&Buléon (2005) e seu “Espaço social”, já está presente na obra do geógrafo anarquista. Entretanto, em sua geografia o social aparece como princípios (aspectos constantes em meio “ao caos das coisas”, como ele diz) teórico-políticos, expressão da transformação revolucionária. “A ‘luta de classes’, a busca pelo equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da *geografia social* e que, no caos das coisas, se mostram bastante constantes para que se possa dar-lhes o nome de ‘leis’. Já é muito conhecê-las e poder dirigir, segundo elas, sua própria conduta e sua parte de ação na gerência comum da sociedade, em harmonia com as influências do meio, conhecidas e analisadas a seguir. É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e esta nos leva, por sua vez, a um estudo mais aprofundado do planeta, a uma solidariedade mais consciente de nosso indivíduo, ao mesmo tempo tão pequeno e tão grande, como o imenso universo”. (grifo no original; RECLUS, 1985, p. 40). Para um bom apanhado sobre seu pensamento, ver a coletânea “Élisée Reclus e a geografia das liberdades” (COELHO, 2011).

O segundo trata, através do território, de uma das questões mais pertinentes a uma instituição como a Organização das Nações Unidas (ONU): a legitimidade de influenciar na vida alheia. Pensando em termos de cláusulas pétreas, por exemplo, qual o limite para definir o que pode determinada cultura? Pode a ONU obrigar um país islâmico a não permitir burcas? E a extirpação de clitóris? Até onde vai a perspectiva de um liberalismo radical, de deliberar totalmente sobre qualquer aspecto de sua vida, frente a constituição de direitos humanos? Mesmo que a pessoa disponha-se a sofrer um ritual mutilador, pode-se intervir? Esta delicada tensão entre questões universais e relativismo cultural é, assim, um evidente conflito de territorialidades.

O terceiro artigo, por sua vez, é uma tentativa do autor em desembaraçar alguns nós criados a partir de outro texto seu, “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” (SOUZA, 2008 [1995], p. 77-116). Segundo sua conceituação, o território “*é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (grifos no original; SOUZA, 2008, p. 78). Logo em seguida ressalta que não é primordial, em termos epistêmicos, “*quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço*” (grifos no original; p. 78). O poder é a prioridade porque guia para o desvendamento dos conflitos analisados. E priorizar não é ignorar. “Será o território um conceito apenas ‘político’ (ou, antes, político-geográfico), ou será ele também ‘cultural’ e ‘econômico’?” (grifo no original; SOUZA, 2009, p. 59). Ao seu próprio questionamento assevera que

as razões e motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico; é óbvio que não são, sempre, de ordem ‘estritamente’ política (ou ainda estratégico-militar). Aliás, a própria separação entre o ‘político’, o ‘cultural’ e o ‘econômico’, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é *distinguível* mas não é propriamente *separável* (grifos no original; SOUZA, 2009, p. 60).

Percebe-se, enfim, o amplo universo que envolve o conceito de território e a dupla relacional que o acompanha, a (os processos de) territorialização e a territorialidade. É árdua, equivalente ao que instiga, a tarefa a ser encarada pelas ciências que tratam das práticas pelas quais os seres humanos preenchem o mundo e fazem dele seu espaço.

ERRÂNCIAS URBANAS

“Voltou caminhando. Não era a primeira vez que fazia quarenta quadras a pé, mas nunca fizera isso nesse estado de disponibilidade. Sua trajetória era uma mistura perfeita de determinação e de acaso: a linha geral estava traçada de antemão, mas cada um de seus pontos encerrava a possibilidade de um desvio, uma fuga, uma aventura fortuita. Qualquer coisa o distraía. Sabia qual era seu rumo, como

chegar, até mesmo as maneiras de encurtar caminho, mas cada lugar por que passava representava uma tentação a que fatalmente acabava cedendo”.
(Alan Pauls, *O passado*)

O caminhar pela cidade foi alvo de investigação em quatro momentos (LIMA, 2011, 2013, 2015, 2016b), que se incluem dentro de uma longa linhagem de flanares, deambulares e derivas (JACQUES, 2005, p. 16-25). E, ao olhar atento, a escala da rua 1:1 (CESAR, 2008, p. 112-114) revela um universo de fenômenos que são, em suma, múltiplas territorialidades em seus constantes refazerem. Apoiada nos apontamentos do tópico anterior, é a essa questão das múltiplas territorialidades que se gostaria de dar prosseguimento, com alguns rápidos esclarecimentos antes.

Sobre os conceitos/noções de deriva, psicogeografia e ambiências. A Internacional Situacionista (apesar do nome, a maioria dos integrantes era de origem francesa) foi um grupo que atuou, por mais de uma década, criticando o urbanismo modernista, funcional em suas divisões do espaço urbano. A difundida ideia de Espetáculo e sociedade espetacular (DEBORD, 1997; VANEIGEM, 2002) foram por eles elaboradas. É curioso, mas não coincidência, que seus trabalhos de maior fôlego tenham sido publicados em 1967, na aurora de maio de 68.

Um bom compêndio de textos, no que tange o pequeno escopo de trabalhos traduzidos para o português, é o livro “Apologia da Deriva” (JACQUES, 2003). Nele pode-se encontrar os três conceitos/noções citados na primeira linha do parágrafo. As derivas são entendidas como (a) um comportamento cotidiano, no sentido de deambular sem um rumo previamente definido, noção que advém do *flâneur* de Charles Baudelaire e Walter Benjamin, e como (b) método de pesquisa psicogeográfica. A psicogeografia, por sua vez, é a investigação do meio urbano, buscando desvendar ambiências, eixos de conexão e placas giratórias: esses são seus três pilares, por assim dizer. As ambiências são unidades de atmosfera psíquica em estrita relação com o uso que se faz do local (como a sensação festiva de um bairro boêmio, por ex.), os eixos de conexão são os pontos de “acesso” das ambiências, locais de intenso movimento de passantes, e as placas giratórias são áreas que concentram esses eixos, atraindo-os e dispersando-os “em todas as direções” (o termo advém do mecanismo ferroviário - uma placa de metal, giratória, que reencaixa diferentes linhas do trem).

Figura 1 - Conexões e placas giratórias



Fonte: LIMA, 2015, p. 82

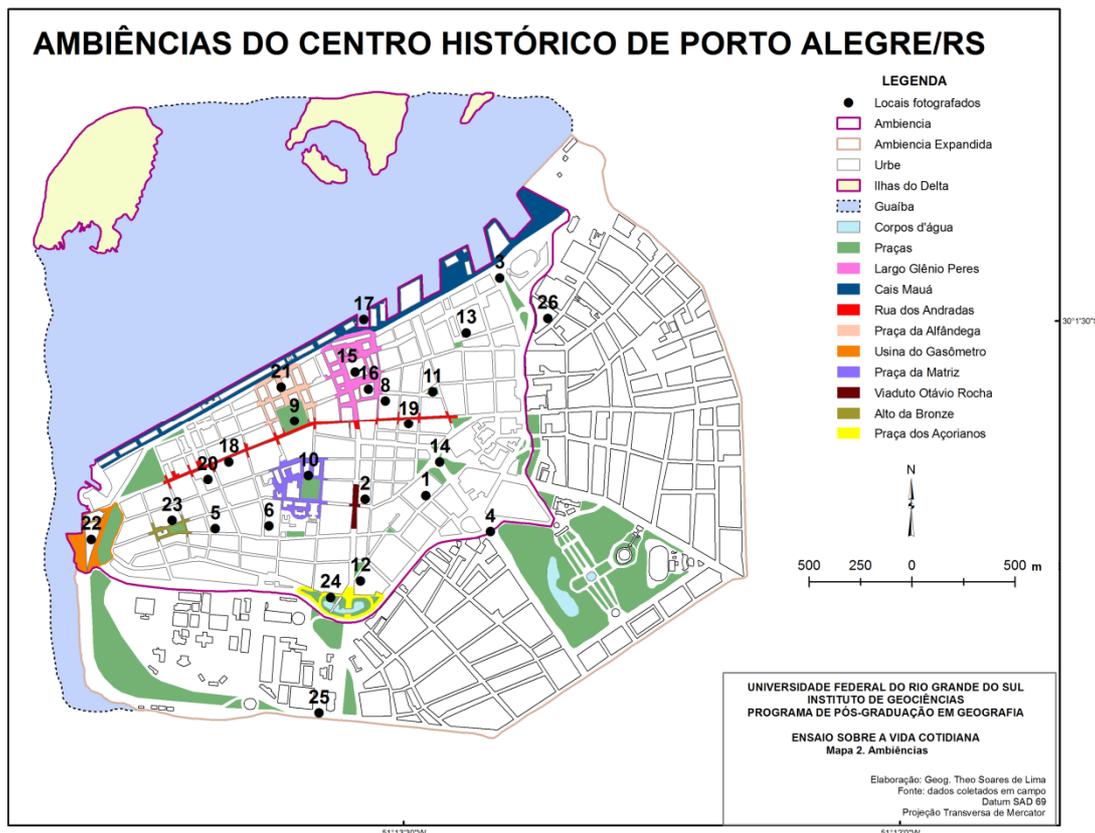
Em pesquisa anterior (LIMA, 2013, 2015) foram realizadas diversas derivas pelo bairro Centro Histórico de Porto Alegre (RS). Não há como dizer quantas foram, exatamente, porque não era uma questão de apontar precisões estatísticas. Mais importante do que quantificá-las seria dizer como aconteceram. Elas começaram logo ao início do processo de investigação. Bem da verdade, desde que começa o interesse pelo assunto, nunca deixa-se de derivar. Derivar, antes de tudo, é uma maneira de existir no momento e de se relacionar com o próximo e, também, com o estranhamento.

Caminhou-se pelo Centro todos os dias da semana, em todos os turnos dos dias, em todas as estações do ano. Ao sol e à sombra, à chuva e ao coberto. Sozinho e acompanhado. Tudo isso sempre tendo em mente as ambiências (KHATIB, 2003, p. 79-84), essa relação entre o meio, nossa percepção dele e o uso que fazemos conforme sua imbricação⁵. Por exemplo, a Rua dos Andradas, a partir do fim do expediente, recheia-se de pessoas, sentadas ao largo de mesas dispostas nas

⁵ Sobre uma discussão das ambiências como maneira de regionalizar o espaço urbano, através da *região-ambiência*, ver Lima (2016a, p. 229-248).

calçadas, de animadas conversas e agitados garçons em volta. Essa ambiência “boêmia” contrasta-se com a outra ponta da mesma rua, em que o comércio das mais variadas lojas, sem arborização e de passantes apinhados, cria uma ambiência radicalmente oposta. Onde numa há permanência na outra há passagem.

Figura 2 - Ambiências



Fonte: LIMA, 2015, p. 102

Pois bem, cada uma destas experiências implica em convivências múltiplas, as pessoas envolvidas em cada uma delas não são, obviamente, as mesmas. Caminhar pelo Centro em horário comercial e de madrugada não só modifica os lugares, como as territorialidades. Como foi dito por um morador de rua, duas coisas são importantes: saber por onde se locomover e conhecer as pessoas certas. Há uma sensação de que, durante o dia, a territorialidade predominante, a que “salta aos olhos” e parece reger as relações sociais mais fortemente, é a do Estado. Seus agentes de policiamento e de trânsito circulam pelas ruas, os prédios administrativos estão abertos, e as práticas dos habitantes são condizentes com a “legalidade”. À noite tudo muda de figura, como diz a expressão. As ruas estão, na sua esmagadora maioria, sem absolutamente uma “alma viva”, as lojas

estão com suas portas de ferro abaixadas, os artistas e vendedores ambulantes também encerraram seus expedientes. A agitação que caracteriza o Centro durante o dia é a antítese da calma que o abrange de noite.

Neste sentido é dito que a “legalidade” é um sentimento diurno. Ao contrário, há uma percepção comum de que caminhar pelo Centro, à luz da Lua, é uma prática extremamente perigosa. A escuridão é comumente presente no imaginário social, ao longo da história humana, como sinônimo de desconhecido, de apreensão, e assim por diante. E, como todo imaginário, ele influencia nas práticas cotidianas. Certamente não se está aqui para dizer que não há, de forma alguma, violência nas soturnas esquinas e vielas, apenas ela não acontece com um grande bloco homogêneo que recai sobre a área do bairro. A parte residencial do Centro⁶, por suas fachadas, por sua iluminação, por seus restaurantes e bares – alguns mais escondidos, e de uso mais autóctone do que outros –, não só é, efetivamente, um local de reduzida violência (em termos de assaltos e de depredação de patrimônio, por exemplo), quanto *aparenta* essa condição.

Pensando-se na parte diagonalmente oposta⁷, tem-se situações simetricamente distintas. O uso residencial cai para faixa de 0% até 20%, enquanto no caso anterior esse é de 80% até 100%⁸. Assim, o tipo de relação que se estabelece com esse espaço, bem como a construção dos prédios, os serviços que se pode encontrar e os passantes que por ali transitam mudam. Especialmente à noite, a prostituição e o uso de entorpecentes “pesados”, como o crack, tomam conta das ruas. O sentimento é de instabilidade, insegurança, desconfiança, como se fosse sempre necessário estar de prontidão: “olho vivo e faro fino”. Quem dita quais ações e onde elas se dão já não é o Estado: o “nomoespaço” dá lugar ao “genoespaço” (GOMES, 2012, p. 31-59; p. 60-80)⁹. O território da lei e das normas jurídicas passa a ser o território dos laços constituídos pelos sujeitos, sejam amigáveis ou não (isto não quer dizer que essas tipologias do espaço são excludentes, elas podem e efetivamente coexistem). Aqui, mais do que em qualquer outro momento, é válida a frase que disse

⁶Dividindo o Centro em quatro quadrantes, a zona residencial do bairro está na parte Sudoeste: ao Sul da Rua Duque de Caxias e à Oeste da Borges de Medeiros. Ou seja, ao longo das ruas Fernando Machado, Demétrio Ribeiro e suas adjacências, como o contorno da Washington Luiz e o Alto da Bronze. Para não se depender só de meus relatos, informações como esta podem ser encontradas em documentos do projeto “Viva o Centro”, disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=18. Acesso em Agosto de 2016.

⁷A referida área seria, se diagonalmente oposta a anterior, a região Nordeste, onde se localiza a Rodoviária, as ruas Voluntários da Pátria e Farrapos, a Av. da Legalidade e o “túnel da Conceição”.

⁸“Viva o Centro”, disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=18. Acesso em Agosto de 2016.

⁹Enquanto o *nomoespaço* é fundado pelo contrato social (*nomos* é o radical grego para lei ou norma), o espaço do Estado por excelência, “normativo, regulador e formalizador” (GOMES, 2012, p. 40), “de forma abstrata e geométrica, contínua e com pretensões universais” (GOMES, 2012, p. 59), o *genoespaço* é, em oposição, o espaço do laço afetivo e identitário, aqui “o tipo de agregação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade” (GOMES, 2012, p. 60).

o morador de rua, citada anteriormente. Quando são esses laços, individuais e de grupos, que pesam sobre as práticas, “ninguém virá em seu resgate”: é preciso adaptar-se por conta própria, e rapidamente. Os diminutos bares, abertos até “altas horas da madrugada”, são como um oásis aglomerando pessoas em sua frente e em seu entorno, ou como um farol que projeta suas luzes sobre a calçada.

Outra vida que se reproduz nessas situações é a dos catadores, com seus pesados carrinhos, que convergem em direção aos galpões de reciclagem, situados para além dos limites administrativos do bairro. Mas que compõe, certamente, a ambiência local, uma vez que esta está relacionada, também, com os fluxos de deslocamentos dos habitantes – seja caminhando, de bicicleta, de ônibus, de carro. Os eixos de conexão revelam os sentidos (tanto enquanto direção, quanto em significado) das práticas que ambientam e são envolvidas pelas ambiências: são os caminhos de múltiplas territorialidades.

Esses apontamentos condizem com a ideia de “territórios cíclicos” (SOUZA, 2008, p. 89; 2013, p.106), mutáveis conforme os horários dia, porque mudam as pessoas que os produzem. Ainda que permaneça a mesma materialidade de poucas horas atrás, e que seguirá posteriormente, as relações transformaram-se e, com elas, o território. Pois, como dito inicialmente, ele não é uma coisa, ainda que os objetos sejam expressão dele e condicionem sua existência.

Figura 3 - Pórtico do Cais Mauá



Fonte: LIMA, 2015, p. 91

Um último caso de choque de territorialidades, que gostaria de mencionar porque compõe o diverso quadro escalar das tensões sociais, é o empreendimento de “revitalização” do Cais Mauá (Figura 3). A área costeira, que abarca o extremo Norte e Oeste do bairro Centro Histórico, é ocupada pelos armazéns do Cais até a Usina do Gasômetro (Figura 4). Toda esta área, pela presença do Guaíba, seja ele lago ou rio¹⁰, tem seus usos atrelados à amplitude da paisagem: observar o pôr do sol, tomar mate à brisa local, passear ao longo da orla e assim por diante.

Figura 4 - Usina do Gasômetro



Fonte: LIMA, 2015, p. 93.

Pois bem, o projeto, que vem sendo contestado por diversas associações e coletivos¹¹, tem como foco a construção de um shopping e três torres para hotelaria e escritórios. Não só são edificações que não tem nenhuma harmonia com a paisagem, em seu sentido sensorial/estético, quanto com os hábitos que a envolvem. Além disso, este é um projeto que contribui com o que foi

¹⁰Há uma enorme e longínqua discussão sobre a caracterização correta para tal corpo d'água. Ver, por exemplo, reportagem recente do Jornal do Comércio. Disponível em https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/geral/628089-rio-ou-lago-o-guaiba-e-o-que.html.

¹¹Ver <https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/>. Acesso em agosto de 2016.

denominado gentrificação (SMITH, 2007, p. 15-31)¹², um processo de segregação sócio-espacial em que a expulsão das populações e de seus modos de vivenciar o espaço urbano se dá por meios mais “sutis” que a recorrente realocação forçada.

É uma exclusão que opera de maneira silenciosa, porque não envolve, em princípio, nenhuma relação corpo-a-corpo, e sim uma valorização espacial, econômica e simbólica. A gentrificação, em uma analogia bastante precisa, manifesta-se como área VIP (LIMA, 2015, p. 122).

Enfim, através dos exemplos trazidos, pretendeu-se mostrar como operam, simultaneamente, diversas maneiras de vivenciar e perceber a cidade. São múltiplos os atravessamentos, de intencionalidades e escalares, que produzem o espaço urbano e revelam, em sua investigação, os conflitos e alianças que os sujeitos realizam na reprodução cotidiana (DE CEARTEAU, 1990, p. 169-192). Nessa microescala, que é a rua, configuram-se espaços de disputa que oscilam entre uma praça, por forças intralocais, e armazéns do Cais, chocando as vontades cidadinas com a de investidores internacionais.

É, portanto, nas zonas de tensão dos nanoterritórios - casas, praças, associações de bairro (SOUZA, 2006, 2013) - que a totalidade da cidade acaba por ser disputada, ainda que através de micro-resistências, com suas “apropriações, escapes e improvisações” (JACQUES, 2010, p. 113) em meio ao tecnocratismo planejador. Porque as nossas ações, mesmo que de origem localizada, espraiam-se pela superfície terrestre.

RETOMADA

Neste artigo foi proposta uma discussão conceitual sobre Território, apresentando diferentes definições e implicações analíticas. Sua importância se dá ao contribuir com uma densa disputa dentro do campo teórico social, ao qual a Geografia diz respeito. Herdeira de longa linhagem da preocupação territorial, essa disciplina despende de denso arcabouço para se incluir no cenário científico e demarcar seu lugar de importância. Aclarar e refletir sobre tal herança é recorrentemente necessário.

Mais do que uma disputa do termo em si, a abertura e os entendimentos de território foram engendrados para subsidiar o tópico subsequente, sobre errâncias urbanas e uma manifestação específica de produção de territorialidade, à escala da rua, ou dos nanoterritórios.

¹²A ideia original foi publicada pelo autor no trabalho “The new urbanfrontier, gentrification and the revanchist city”, Londres, Routledge, 1996. O termo, entretanto, foi primeiramente cunhado pela socióloga Ruth Glass, em 1964 (RANGEL, 2015).

Tomando a preocupação de dar sustento empírico ao escrito, lançou-se mão, como mencionado, de pesquisa sobre e a partir do Centro Histórico de Porto Alegre (LIMA, 2015, 2016a). Através dela possibilitou-se evidenciar manifestações de diferentes territorialidades, entre conflitos e alianças. Uma interpretação, por sua vez, que só é capaz de ser efetivada pelo entendimento de poder como campo de forças, portanto, como possibilidade de territórios multiescalares. Com isso, as solidariedades não são únicas, são igualmente múltiplas. Não há como supor, como se propugnou com o pensamento moderno, que um único ente arranjaria perfeita e formalmente a relação econômica, política e social de cada um com cada outro. Também é preciso enfatizar, tendo-se em conta a questão escalar, que o encontro solidário de um com o outro nem sempre se dará no mesmo plano, por causa das diferenças de âmbito (locais, regionais, globais e em variação desses). Ao fim, como Foucault (2012) diria, voltamos às palavras que nos circundavam no início do debate.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BADIE, B. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996 [1995].

BECKER, B. K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 271-308.

BECKER, B. K. El uso político del territorio. Consideraciones a partir de una visión del tercer mundo. **Revista geográfica de América Central**, nº 17-18, 1983.

BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia Cultural**: um século (3), Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

CESAR, V. Urbanismo 1:1. *In*: KUNSCH, G. (Org.). **Urbânia 3**. São Paulo: Editora Pressa, 2008, p. 112-114.

COELHO, P. (org.). **Élisée Reclus e a geografia das liberdades**. São Paulo: Editora Imaginário e Expressão e Arte Editora, 2001.

CORRÊA, R. L.. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

GOMES, P. C. C.. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Revista GEOgraphia**, Niterói, UFF, v.4, n.7, 2002.

HEIDRICH, A L. Compartilhamento e microterritorialidades do espaço social metropolitano. **Cidades**, v° 10, n° 17, 2010.

KHATIB, A. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris. In: JACQUES, P. B. (org.). **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 79-84 [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, n° 2, 1958]

LACOSTE, Y. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

LIMA, T. S. **Caminhos urbanos à deriva**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/55551>.

LIMA, T. S. Deambular pela cidade como uma experiência humanista. **Revista TERRITÓRIO AUTÔNOMO** [recurso eletrônico] / ReKro – n. 2, 2013, p. 27-40. Disponível em <http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>.

LIMA, T. S. Dos recortes do espaço à instrumentalização da geografia. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra 1 IGEO/UFRGS, 2016a, p. 229-248. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/149928>.

LIMA, T. S. **Ensaio sobre a vida cotidiana**. Passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/128940>.

LIMA, T. S. Sobre derivas, coremas e paisagens. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, n° 2, 2016b, p. 208-231. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/59062/40350>.

JACQUES, P. B. (org.). **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, P. B. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. **Revista ARQTEXTO 7**. Porto Alegre: UFRGS/PROPAR, 2005, p. 16-25.

JACQUES, P. B. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. *In*: **CORPOCIDADE**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 106-119.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: SADER, E. E CECEÑA, A. E. (orgs.) **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Nos Varadouros do Mundo**: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Khedyr, 2011.

RANGEL, N. F. A. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos NAUI**, v.4, n.7, jul-dez, 2015.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos estados. *In*. MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

RECLUS, E. A complexidade da produção do espaço geográfico. *In*. ANDRADE, M. C. A. (Org.). **Éliseé Reclus**. São Paulo: Ed. Ática, 1985, p. 56-60.

RECLUS, E. O homem é a natureza adquirindo a consciência de si própria. *In*. ANDRADE, M. C. A. (Org.). **Éliseé Reclus**. São Paulo: Ed. Ática, 1985, p. 38-40.

SACK, R. **Human territoriality. Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da geografia– um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em jul. e ago. 2016.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, 2007, pp. 15-31. Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/268/140>. Acesso entre dez. 2015 e fev. 2016.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da

gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015 [2002].

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [1995], p. 77-116.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*. SAQUET, M; SPOSITO, E. (orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

SOUZA, M. L. Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural”. *In*: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 145-176.

Recebido em: 15/07/2019

Aceito em: 30/12/2019